

Calixto é contrário à fórmula discutida

O único participante da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) que votou contra o projeto de conversão apresentado pelo Ministério da Fazenda, foi o representante dos trabalhadores, José Calixto. Ele disse não ser contra a conversão, "mas contra a fórmula utilizada". Para ele, este é um assunto que tem de passar pelo Congresso. "É um compromisso adotado pelo próprio partido do ministro Bresser Pereira", afirmou.

O voto da conversão foi o último e o representante dos trabalhadores contou que foi o único a defender o adiamento, inclusive por não estar certo da competência do Conselho "para decidir sobre o assunto". Ele acrescentou que o ministro Bresser Pereira não teve muita dificuldade em persuadir os outros participantes. O principal argumento do ministro, segundo Calixto, foi de que esperar a decisão do Congresso seria paralisar o País, já que o Legislativo não teria agilidade para decidir com a rapidez necessária.

Calixto considerou a posição do ministro da Fazenda, assim como a dos ministros Pazzianotto, Prisco Viana, Aníbal Teixeira e a dos empresários Abílio Diniz e Antônio de Oliveira Santos que defenderam a aprovação do projeto, como "um desprezo ao Congresso" e um retrocesso.

Segundo Calixto o ponto

divergente foi apenas o prazo de repatriamento. A proposta inicial previa um prazo de quinze anos. O ministro José Hugo Castelo Branco considerou longo e pediu dez anos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Por sugestão de Bresser, o prazo aprovado acabou sendo o de doze anos. (EBN)

"Regulamentação é imperfeita"

"Um bom ponto de partida para facilitar a renegociação da dívida com os credores e trazer investimentos para o Brasil." Esta foi a consideração feita à EBN pelo diretor-presidente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, sobre a regulamentação da conversão da dívida em investimentos aprovada ontem pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Diniz, que é um dos representantes do setor privado no CMN, ressaltou que a regulamentação aprovada não é perfeita, pode ser ainda aperfeiçoada com o tempo, com a prática.

O empresário disse, ainda, que a possível redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos não deve provocar a paralisação das decisões para ordenar a economia, tanto no âmbito interno quanto no externo", concluiu.